

## Autoconstrução de moradias e espoliação urbana

O “problema” habitacional não pode ser analisado isoladamente de outros processos sócio-econômicos e políticos mais amplos, não obstante nele se condensar um conjunto de contradições específicas. Assim, numa primeira instância é preciso verificar as modalidades produtivas a partir das quais a moradia é confeccionada. Neste particular, convém mencionar que o sistema capitalista pressupõe a destruição dos meios autônomos de vida, basicamente, na expropriação da terra e dos instrumentos produtivos. Passa a produzir o que antes trabalhadores independentes realizavam para prover sua própria subsistência, criando mercadorias que são consumidas por meio do salário ganho através da venda de sua força de trabalho. Esta é a marcha histórica geral do processo de acumulação, cuja obviedade torna desnecessárias maiores clarificações, a não ser aquela que aponta para o fato que o desenvolvimento das forças produtivas não se dá de maneira uniforme e linear; ao contrário, ocorre de modo desigual, no qual coexistem de forma articulada empresas com alta densidade de capital constante e unidades cujas modalidades produtivas dificilmente poderiam ser caracterizadas como plenamente capitalistas.

O interesse desta questão está em pensá-la em relação à habitação das classes trabalhadoras urbanas. Se de um lado, em quase todos os ramos da economia, perderam unidades produtivas “arcaicas” de tipo manufatu-

reio, por outro lado, a confecção de bens para a auto-subsistência deixou de ser, principalmente nas cidades, uma prática generalizada. Isto é inerente à mercantilização da economia, em que o consumo decorre da produção realizada através de extração de mais-valia, forma que consubstancia o processo de valor de troca a partir do qual a mercadoria assume a sua plena dimensão.

Ora, no processo de produção da habitação, se existem empresas de porte nitidamente industrial bem como unidades com características manufatureiras, as classes trabalhadoras em proporções que variam em cada cidade, mas que são sempre significativas, solucionam seu problema de moradia – além do aluguel de habitações deterioradas e da construção de barracos em favelas – através da autoconstrução de suas residências. A razão desta espécie de “economia natural” em pleno sistema urbano-industrial, cuja mola propulsora e dominante centra-se nas empresas com alta densidade de capital, nada têm de anacrônico, pois a produção capitalista organiza-se, não para prover os trabalhadores com os meios de vida necessários para sua subsistência, mas para realizar um excedente que é privadamente apropriado.

Ressalte-se que a produção de habitações, cuja confecção inclui uma gama variada de insumos, resulta de uma complexa rede de agentes, inclusive comerciais e financeiros, na qual o “controle” sobre a terra urbana constitui um fator fundamental no preço das mercadorias colocadas no mercado.<sup>1</sup> Aponte-se, também, para o fato que as atividades econômicas que resultam na mercadoria-habitação estão cada vez mais fundidas em torno da dinâmica do grande capital, evidência que se generaliza em várias regiões do Brasil, principalmente em São Paulo. Do ponto de vista da realização do capital, os interesses daí resultantes tendem a produzir uma mercadoria socialmente adequada quanto ao seu padrão de ha-

<sup>1</sup> Análise a questão da terra urbana em relação à cidade de São Paulo no capítulo seguinte.

bitalidade para as faixas de renda mais elevadas, vedando o acesso para a grande maioria dos trabalhadores que precisam, por conseguinte, encontrar outras fórmulas para se reproduzir nas cidades enquanto mercadoria para o capital.<sup>2</sup>

No caso da autoconstrução, que na sua finalidade e essência não deve ser entendida como uma forma de poupança, mas enquanto uma solução de subsistência, cria-se um dos elementos – a moradia – indispensáveis como meio de vida, que acaba por se constituir uma fórmula que rebaixa o custo de reprodução da força de trabalho, permitindo realizar uma extração do excedente econômico apoiada em salários que podem ser constantemente deprimidos. Ademais, principalmente nas cidades, o “problema” habitacional está diretamente atrelado ao fornecimento de bens de consumo coletivo, no qual a ação do Estado tem ganho crescente importância, pois os investimentos públicos são cada vez mais responsáveis por este componente também básico da reprodução da força de trabalho. Não sem menor importância no “problema” da habitação urbana está a questão da terra, cuja adequação atrela-se à existência de uma infra-estrutura de serviços. Portanto, os investimentos públicos também sob este ângulo aparecem como fator determinante no preço final das moradias, constituindo-se num elemento poderoso que irá condicionar onde e de que forma as diversas classes sociais poderão se localizar no âmbito de uma configuração espacial que assume, em todas as metrópoles brasileiras, características nitidamente segregadoras.

Mas não é só do ângulo do preço da terra urbana, das características do setor imobiliário-construtor ou do papel do Estado que a questão deve ser equacionada. O padrão habitacional enquanto elemento básico da repro-

<sup>2</sup> Não vou analisar neste texto os mecanismos que, do ponto de vista do capital, tornam a mercadoria-habitação um bem a que só as camadas de renda mais elevadas têm acesso. Entre outros autores que trataram do problema da habitação deste ângulo, veja: PRADILLA, Emílio – *Notas Acerca del Problema de la Vivienda, Arquitectura/Urbanismo*, 7, julho-agosto, 1977.

dução da força do trabalho decorre do conjunto da composição social do capital e da forma como se reparte o trabalho excedente do necessário. Isto é determinante dos níveis de subsistência da classe trabalhadora, cujo valor irá variar de maneira flagrante em razão da potenciação das forças produtivas e da capacidade que as classes trabalhadoras tiverem de aquinhoar uma parcela dos excedentes gerados pelo processo de acumulação.

Neste particular, parece correto afirmar que a existência de um vasto exército de reserva, longe de ser uma "massa marginal", entendida como um contingente com pouco ou nulo significado para o processo econômico, tem se constituído numa das principais alavancas de acumulação dos países de capitalismo tardio, entre os quais o Brasil é um caso exemplar, pois permite dilapidar, através da superexploração do trabalho e da espoliação urbana, boa parte da mão-de-obra engajada nas engrenagens produtivas na medida em que os segmentos desgastados podem ser substituídos pelos vastos reservatórios disponíveis.<sup>3</sup> É claro que a mera existência de um reservatório de mão-de-obra é uma condição necessária, mas não suficiente, para que o capitalismo cresça, depredando, principalmente, os segmentos não-qualificados da força de trabalho, os quais, diga-se de passagem, constituem a grande maioria daqueles que levam adiante a maquinaria produtiva da sociedade brasileira.<sup>4</sup> Além da abundância da reserva de mão-de-obra, o processo de dilapidação está diretamente relacionado à capacidade de organização da classe trabalhadora em defender tanto seus níveis salariais e condições de trabalho em geral, como o acesso aos serviços de caráter coletivo, que têm reflexos diretos nos níveis de reprodução ampliada da força de trabalho, dos quais a habitação constitui um

3 Tratei desta questão em: *Capitalismo e Marginalidade na América Latina*, Paz e Terra, Rio, 1975.

4 No Estado de São Paulo apenas 18% do conjunto dos trabalhadores ligados à indústria em 1973 estão na categoria de operários "qualificados". Veja: SENAI, Relatório de 1973, São Paulo, 1974.

componente essencial.

Assim, o chamado "problema" habitacional deve ser equacionado tendo em vista dois processos interligados. O primeiro refere-se às condições de exploração do trabalho propriamente ditas, ou mais precisamente às condições de *pauperização absoluta* ou *relativa* a que estão sujeitos os diversos segmentos da classe trabalhadora. O segundo processo, que decorre do anterior e que só pode ser plenamente entendido quando analisado em razão dos movimentos contraditórios da acumulação do capital, pode ser nomeado de *espoliação urbana*: é o somatório de extorsões que se opera através da inexistência ou precariedade de serviços de consumo coletivo que se apresentam como socialmente necessários em relação aos níveis de subsistência e que agudizam ainda mais a dilapidação que se realiza no âmbito das relações de trabalho.

Em ambos os processos o papel do Estado é fundamental. Em primeiro lugar, por criar o suporte de infraestrutura necessário à expansão industrial, financiando a curto ou a longo prazo as empresas e por agir diretamente enquanto investidor econômico. Ademais, por ser o agente que tem por encargo gerar os bens de consumo coletivo ligados às necessidades da reprodução da força de trabalho. Em segundo lugar por manter a "ordem social" necessária à realização de um determinado "modelo" de acumulação. Neste aspecto, quando os recursos estatais se canalizam preponderantemente para os imperativos da acumulação de capital em detrimento daqueles mais diretamente acoplados à reprodução da força de trabalho, acirrando o processo de espoliação urbana, e quando a criação de excedente se realiza também através da *pauperização absoluta* de vastos contingentes sociais, o Estado, para viabilizar semelhante "modelo de ordem social" de características selvagens para a força de trabalho, só pode assumir feições nitidamente autoritárias e repressoras. O controle e contenção dos movimentos reivindicativos passam a ser condição para a efetivação de

semelhante modelo excludente de repartição dos benefícios, que, por sinal, tem sido a tônica do processo de acumulação recente no Brasil.

• Tendo em conta tais processos é que o “problema” habitacional transparece plenamente. De fato, as agências governamentais têm empregado vultosos recursos no financiamento das habitações. Contudo, a imensa parcela dos montantes empregados segue uma lógica de financiamento ditada pela lei do lucro, destinando-se aos estratos de renda que podem pagar o preço de mercado da construção habitacional.

Até mesmo os programas que se destinam para a assim chamada demanda de “interesse social”, não só são quantitativamente pouco expressivos, como também, freqüentemente, as camadas que deveriam ser beneficiadas não têm condições de amortizar as prestações previstas pelas fantasiosas soluções oficiais. O resultado é que as habitações ou ficam vazias ou acabam sendo transferidas para os grupos de renda mais elevada enquanto que as pessoas a quem se destinavam os programas subsidiados pelo poder público acabam voltando às suas condições originais de moradia, que, aliás, são aquelas que imensa parcela da classe trabalhadora precisa adotar para continuar se reproduzindo nas cidades.<sup>5</sup> É o aluguel de um cômodo de cortiço localizado em áreas deterioradas ou de uma casa de mínimas dimensões nas “periferias” distantes da cidade, ambas as soluções implicando em condições de habitabilidade extremamente precárias e, no mais das vezes, em gastos de aluguéis que comprimem ainda mais o já minguado orçamento de consumo das famílias trabalhadoras. [A solução de sobrevivência mais econômica, mas também a mais drástica, é a favela,

5 Semelhante análise foi realizada em relação às populações removidas para os conjuntos habitacionais da Guanabara. “(Os novos moradores) podem ser caracterizados, na sua quase totalidade, como integrantes dos setores da baixa classe média... A dizer pela fachada dos imóveis que ocupam, contrastando com aquela dos ocupados pelos primeiros residentes, pode-se inferir automaticamente tratar-se de uma população com poder aquisitivo várias vezes superior aos demais”. VALLADARES, Lícia do Prado - *Passa-se Uma Casa*, Zahar, Rio, 1978, p. 9.

para onde, como se verá no capítulo seguinte, são drenados os patamares mais pobres da classe trabalhadora.]

A solução mais importante do ponto de vista quantitativo na cidade de São Paulo é a autoconstrução, esta magnífica fórmula que o capitalismo dependente deflagrou para rebaixar o custo de reprodução da força de trabalho, compatibilizando uma alta taxa de acumulação com salários crescentemente deteriorados. Vale a pena transcrever a longa citação: “Uma não insignificante porcentagem das residências das classes trabalhadoras foi construída pelos próprios proprietários, utilizando dias de folgas, fins de semana e formas de cooperação como o ‘mutirão’. Ora, a habitação, bem resultante dessa operação, se produz por trabalho não-pago, isto é, sobretrabalho. Embora esse bem não seja desapropriado pelo setor privado da produção, ele contribui para aumentar a taxa de exploração da força de trabalho, pois o seu resultado – a casa – reflete-se numa baixa aparente do custo de reprodução da força de trabalho – de que os gastos com habitação são um componente importante – e para deprimir os salários reais pagos pelas empresas. Assim, uma operação que é, na aparência, uma sobrevivência de práticas de ‘economia natural’ dentro das cidades, case-se admiravelmente bem com um processo de expansão capitalista, que tem uma de suas bases e seu dinamismo na intensa exploração da força de trabalho”.<sup>6</sup>

Realizada através do trabalho adicional e gratuito, que freqüentemente perdura por anos, a confecção da casa própria só pode levar à redução de outros itens vitais da cesta do consumo, inclusive à diminuição do padrão alimentar que, para muitas famílias, passa a se situar abaixo dos níveis mínimos de sobrevivência.<sup>7</sup> As-

6 OLIVEIRA, Francisco de - *A Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista, Estudos CEBRAP 2*, outubro de 1972, p. 31.

7 Um estudo em profundidade realizado em 5 “loteamentos” da periferia da Região da Grande São Paulo trouxe à tona o significado real destes processos. Veja: BONDUKI, Nabil e ROLNICK, Raquel - “*Periferia: Ocupação do Espaço e Reprodução da Força de Trabalho*, Cadernos PRODEUR nº 2, FAU-USP, São Paulo, 1979.

sim, a autoconstrução enquanto uma alquimia que serve para reproduzir a força de trabalho a baixos custos para o capital, constitui-se num elemento que acirra ainda mais a dilapidação daqueles que só têm energia física para oferecer a um sistema econômico que de per si já apresenta características marcadamente selvagens. Por outro lado, este longo processo redonda, no mais das vezes, numa moradia que, além de ser desprovida de infraestrutura básica e de se situar em áreas distantes dos locais de emprego, apresenta padrões bastante baixos de habitabilidade. Além disto, a casa se deteriora rapidamente pois é feita por trabalhadores não-especializados, que utilizam técnicas produtivas e ferramentas rudimentares, onde a divisão de trabalho é praticamente inexistente e sua construção efetuada aos poucos e sem seqüência programada. Ademais, a casa, por ser produzida com materiais de qualidade inferior, exige constantes reparos, implicando por parte das famílias um esforço de restauração praticamente permanente.<sup>8</sup>

Em síntese, pode-se afirmar que a construção da casa própria leva a um endividamento que, face à deterioração salarial imperante, só pode ser coberto através do prolongamento da já extensa jornada de trabalho. Se a este tempo forem adicionadas as horas gastas na locomoção diária e as referentes à confecção da moradia,

<sup>8</sup> "A casa, construída artesanalmente, conta com um ou outro material mais 'moderno'... porém o processo é predominantemente artesanal (...) Contando com materiais tradicionais de manipulação conhecida, ferramentas simples, e já que o orçamento restrito não permite correr riscos de inovações, a técnica de construção é tradicional (...). A construção parcelada... pode se arrastar... até por mais de uma geração. (...) Os aspectos de conforto ambiental na habitação (ventilação, insolação, salubridade, iluminação, congestionamento habitacional) são mais precários nas áreas onde predomina o processo de autoconstrução na produção da casa. (...) E raro a recorrência à impermeabilização na autoconstrução. No desenvolvimento da habitação, os cômodos seguintes tendem a 'sufocar' os primeiros, tornando-os escuros, úmidos e mal ventilados... (...) Nos loteamentos mais recentes, de dez anos para cá... é possível notar já uma deteriorização da habitação que não recebeu um mínimo indispensável de acabamento..." Conforme: MARICATO, Ermínia - *Auto Construção: A Arquitetura Possível*, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, São Paulo, trabalho apresentado na 28ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, junho de 1976, p. 1, 12, 13 e 15.

tem-se um quadro claro do desgaste daqueles que ingressam na aventura de possuir uma propriedade, freqüentemente marcada por baixo valor de revenda.

Uma vez apontadas as modalidades e conseqüências da autoconstrução da moradia, cabe introduzir algumas questões mais centradas no ângulo da acumulação recente no Brasil a fim de especificar alguns pontos ligados ao processo de reprodução da força de trabalho. O primeiro ponto a ser ressaltado é que, à diferença da maioria dos países latino-americanos, o Brasil não é uma região econômica em que as empresas multinacionais criaram um mero enclave exportador ou onde buscam vantagens comparativas para produzir uma estreita gama de artigos visando, primordialmente, exportá-los para o mercado internacional. Trata-se, ao contrário, de uma sociedade onde, nos últimos 20 anos, o capital multinacional gerou um patamar industrial diversificado e complexo, voltado tanto para a produção de bens de consumo durável, como de bens intermediários ou de capital, que foram canalizados, predominantemente, para o mercado local.<sup>9</sup>

Foge do âmbito deste ensaio discutir as contradições do capitalismo dependente. Pretende-se, simplesmente, apontar alguns processos específicos que parecem estar na raiz do acirramento das contradições que se espelham na questão da reprodução da força de trabalho. É óbvio que uma economia dependente implica na não-intervalização de parte ponderável do excedente localmente produzido, na implantação de pacotes tecnológicos com alta densidade de capital que desarticulam a economia pré-existente, inclusive a agrícola, elevando em muito as migrações que se dirigem para as cidades, onde a taxa de empregos tende a aumentar em ritmo infe-

<sup>9</sup> Veja: CARDOSO, Fernando Henrique, e FALETTO, Enzo - Post Scriptum, (capítulo adicional do livro *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*) mimeo. 1976.

rior ao incremento da força de trabalho potencial.<sup>10</sup> Além disto, o fato das empresas multinacionais seguirem uma lógica de captação de excedente baseada na dinâmica de interesses sediada em âmbito internacional, só pode levar a um maior comprometimento quanto à continuidade do desenvolvimento local.

Há uma questão que ficará em aberto pois transborda em muito o limite da presente análise: é a temática segundo a qual o capitalismo dependente, em razão de uma lei histórica específica ao caráter de seu desenvolvimento "associado", se baseia na super-exploração extensiva da força de trabalho, em síntese, mais-valia absoluta.<sup>11</sup> Sem pretender extrapolar leis gerais de crescimento para as sociedades periféricas, é conveniente frisar que o

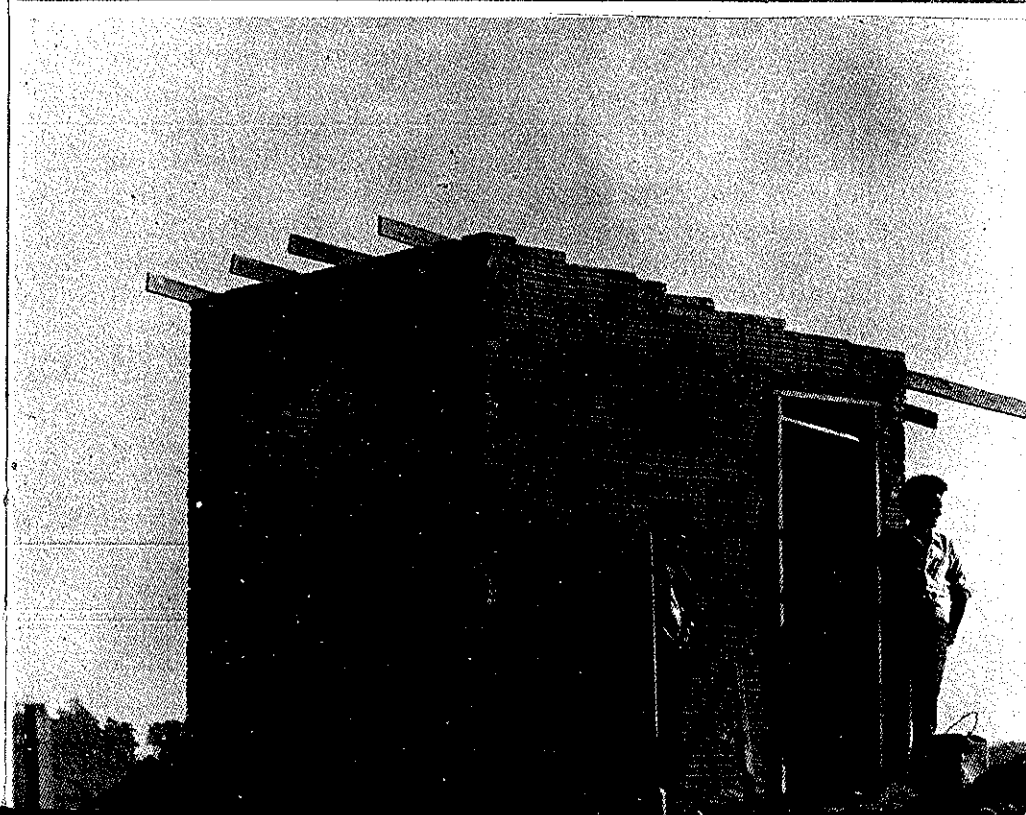
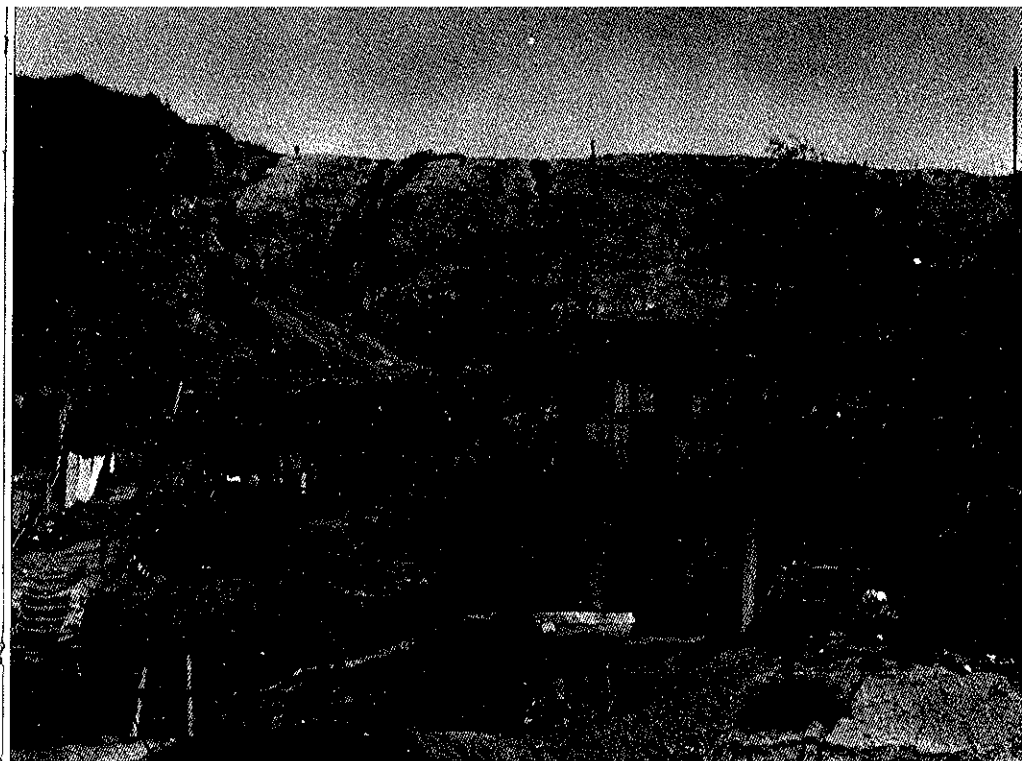
<sup>10</sup> Em 1975, as 9 maiores regiões metropolitanas representavam 27% da população total do País, devendo reunir no final da presente década cerca de 31% da população brasileira. Digno de nota é que, entre 1950 e 1970, a taxa de crescimento dos empregos foi, em todas as regiões metropolitanas, inferior ao aumento da população.

Taxas Anuais de Crescimento entre 1950-1970

Capitais	População Total	População Ocupada
São Paulo	5.79	5.10
Belo Horizonte	6.30	5.64
Belém	4.76	3.71
Curitiba	4.62	4.60
Recife	4.08	2.97
Fortaleza	5.10	4.61
Salvador	4.77	3.61
Rio de Janeiro	3.99	3.20
Porto Alegre	5.58	3.61

Fonte: *Retrato sem Retoques da Problemática Urbana*, DM, maio/junho de 1976, pag. 11.

<sup>11</sup> Esta é a tese de MARINI, Rui Mauro - *Dialectica de la Dependencia*, La Economía Exportadora, *Sociedad y Desarrollo*, vol. 1, janeiro-março de 1972, p. 35-51. Veja também: FRANK, André Gunder - *Capitalism and Underdevelopment in Latin America*, Modern Readers, New York, 1969. Esta é uma questão bastante polêmica que ainda necessita, a meu ver, de maiores clarificações. Quem se opôs a esta tese foi entre outros: CARDOSO, Fernando Henrique - *As Novas Teses Equivocadas*, in *Autoritarismo e Democratização*, Paz e Terra, Rio, 1975, especialmente, p. 27 a 33.



ciclo de expansão recente da economia brasileira processou-se através de acentuada potenciação das forças produtivas traduzidas no aumento de produtividade do trabalho no setor industrial que subiu, entre 1968-73, 32% ao mesmo tempo que o salário mediano dos trabalhadores urbanos, também em padrões reais, decresceu em 15% no período considerado.<sup>12</sup> Não resta dúvida que o assim chamado “milagre brasileiro”, à diferença daquele realizado na Alemanha ou Japão, onde os salários reais, entre 1958 e 1970, subiram, respectivamente, 95 e 92%, encontrou um dos seus sustentáculos na *pauperização absoluta* de, pelo menos, a metade dos trabalhadores industriais.<sup>13</sup>

A afirmação segundo a qual o setor dinâmico da economia que utiliza tecnologia avançada não precisaria basear sua acumulação numa evolução regressiva dos salários, pois pode alicerçar seu crescimento no aumento da produtividade do trabalho, é válida para as sociedades onde as organizações operárias apresentam um alto grau de defesa dos seus interesses. No caso brasileiro, a retomada do crescimento econômico teve como corolário a repressão sobre as aglutinações da sociedade civil, com conseqüências nefastas nos salários da maioria dos trabalhadores. Nesta conjuntura, em que o modelo de desenvolvimento encetado abriu um vasto espaço para as inversões estrangeiras, o processo de pauperização ve-

12 Esta deterioração contrasta com o aumento do salário mediano verificado entre 1955 e 1959 que se comportou da forma seguinte: índice 103 em 1955, 97, 116, 113 e 114 para os anos seguintes. Entre 1965 e 1969, por outro lado, já passa a haver um decréscimo acentuado: 100 em 1965 e 94, 86, 93 e 89 nos anos subseqüentes. Conforme: SINGER, Paul - *A Crise do Milagre*, Paz e Terra, Rio, 1976, p. 59. Os cálculos de Singer baseiam-se nos Anuários Estatísticos do Brasil e os meus nos levantamentos realizados pelo Ministério do Trabalho, através dos dados da “lei dos dois terços”. Estes dados referem-se ao Brasil. No Estado de São Paulo, entre 1968-1973, a deterioração real dos salários medianos dos trabalhadores urbanos foi de 11%, o que, certamente, está na raiz do prolongamento da jornada de trabalho, expresso na proporção da mão-de-obra que trabalhava mais de 50 horas semanais, que subiu de 18% para 39%. Conforme PNAD, *op. cit.*

13 Além da evolução do salário mediano, convém reafirmar que a queda do salário mínimo acentuou-se bastante após 1965. É sempre conveniente apontar que no Brasil de 1973, 35% dos trabalhadores não-agrícolas ganhavam até um salário mínimo por mês e 67% até dois.

rificado foi um fator adicional de relevância na extração de excedentes, aumentando ainda mais as margens de lucro das empresas com alta densidade de capital, em particular as multinacionais. Além disto, o modelo econômico posto em marcha canalizou-se para um mercado bastante restrito, o que se combinou com a política de intensa concentração de renda em torno dos estreitos círculos que iriam consumir as sofisticadas mercadorias produzidas pelo novo leque de indústrias implantadas no País.

É inegável que as empresas multinacionais criaram um espaço político que permitiu maximizar de forma extremamente rápida a maturação e a drenagem para o exterior dos recursos investidos: legislação tarifária preferencial para importação de equipamentos, isenções fiscais, financiamentos a juros decrescentes, facilidades para a exportação de excedentes e uma gama de medidas que gerou situações altamente privilegiadas do ponto de vista da acumulação do capital.<sup>14</sup> Mesmo aceitando-se a hipótese que, por razões estritamente ligadas ao processo produtivo, a *pauperização absoluta* não se constituía num elemento necessário para ativar a expansão ampliada do grande capital - o que já é uma questão discutível - não resta dúvida que um modelo econômico marcado por tantas “concessões liberticidas”, só poderia contrapor-se a um clima de “debate social”. Desta forma, parece ser possível afirmar que, mesmo deixando-se de lado as vicissitudes do processo de acumulação, a viabilização política do assim chamado “milagre brasileiro” - arquitetado, fundamentalmente para beneficiar o oligopólio

14 “Em chegando, o Estado cria... (para o capital estrangeiro) as condições para um desempenho oligopolístico: mercados cativos protegidos por altas barreiras alfandegárias, créditos a juros negativos, expansão das empresas estatais fornecedoras de insumos básicos para proporcionar-lhes os elementos do capital constante, contenção do crescimento do setor de produção de bens de capital, o que lhes facilita a imposição de composições técnicas de valor extremamente favoráveis, uma política liberticida de incentivos de todas as classes, deduções fiscais que funcionaram na verdade como financiamento da concentração de capital”. OLIVEIRA, Francisco de - *Acumulação Capitalista, Estado e Urbanização: A Nova Qualidade do Conflito de Classes*, CONTRAPONTO, ano 1, nº 1, novembro de 1976, Rio, p. 10.

internacional – implicava um controle mais rígido de partidos, sindicatos, órgãos de imprensa e demais grupos da Sociedade Civil que se opunham ao excludente modelo de crescimento posto em marcha, o que, a seu turno, só poderia levar à contenção das reivindicações operárias, acirrando a deterioração salarial de vastas parcelas da classe trabalhadora.

Ademais, a velocidade com que se operou a ampliação e entrada de plantas industriais de grande porte tornou necessário que o Estado criasse uma vasta infraestrutura de serviços, gerando os pré-requisitos necessários a um processo de acumulação cujo patamar havia se ampliado rápida e enormemente. Este ponto, além da depressão salarial, é fundamental para caracterizar a questão da reprodução da força de trabalho. Na verdade, o Estado investiu enormes somas para dar condições de realização para a empresa oligopolística, colocando-se de maneira cabal a serviço da reprodução ampliada do capital. O Estado, em plena época populista, já se orientava neste sentido, sem contudo desprezar inteiramente certos investimentos básicos para a reprodução da força de trabalho, que a própria ambigüidade do pacto político do período tornava necessários. Contudo, com o avanço do processo de acumulação, o Estado perde sua ambigüidade: converte-se em pressuposto da realização do grande capital, fornecendo insumos básicos e tornando-se ele próprio um agente produtor, o que levou à crescente exclusão das massas trabalhadoras, agora também no que se refere aos serviços de consumo coletivo.<sup>15</sup>

De fato, os gastos do Estado com “capital social”, que são aqueles diretamente acoplados às necessidades

15 “O Estado é forçado a definir-se, e esse abandono de ambigüidade é fatal para suas relações com as classes trabalhadoras: passa a ser ele mesmo um explorador de mais-valia, com a passagem de empresas estatais de deficitárias para superavitárias, e mais importante que isso, passa a converter o conjunto da riqueza nacional em pressuposto indelével da acumulação privada, cujos limites se viam estreitos quando o Estado persistiu numa pauta de não-produtor de mercadorias em sentido estrito”. OLIVEIRA, Francisco de – *Acumulação Capitalista, Estado e Urbanização*, op. cit., p. 10.

de reprodução do capital, passaram de 54%, entre 1950-54, para 83%, nos dois primeiros anos do governo Geisel, enquanto os recursos destinados às despesas em “bem-estar social”, entre aquele período e os anos de 1970-73, decresciam de 7 para 2%:... “os gastos do Estado nos últimos 25 anos têm-se voltado fundamentalmente ao atendimento das necessidades de desenvolvimento capitalista, à manutenção das condições de segurança (ordem social) desse desenvolvimento, ao lado da parcela menor dedicada a bem-estar social (ou necessidade de trabalho). Um Estado, enfim, estruturalmente a serviço do capital”.<sup>16</sup>

Neste particular, o Banco Nacional de Habitação (BNH) não só se tornou um poderoso instrumento da acumulação, pois drenou uma enorme parcela de recursos para ativar o setor da construção civil – recursos por sinal advindos em grande parte de um fundo retirado dos próprios assalariados (FGTS) – como também voltou-se para a confecção de moradias destinadas às faixas de renda mais elevadas. De fato, o BNH, entre 1964 e 1977, aplicou a não desprezível soma de 135 bilhões de cruzeiros financiando 1.739.000 habitações, que foram destinadas, de modo particular, a famílias com rendimentos superiores a 12 salários mínimos.<sup>17</sup>

Mas não só a habitação passou a ser tratada enquanto instrumento de aceleração econômica. Os serviços de consumo coletivo também passaram a ser geridos através de uma lógica calcada na rentabilidade. Tal fenô-

16 Em 1974 o Estado gastou 1,35% de seu orçamento na área do setor trabalho, no ano seguinte dispende 2%, com saúde e saneamento, ao passo que as despesas com “defesa e segurança” sobem de 15% em 1961-63 para 23% em 1970-73. Veja: AFONSO, Carlos A. e SOUZA, Herbert de – *O Estado e o Desenvolvimento Capitalista no Brasil*, Paz e Terra, Rio, 1977, p. 51.

17 Conforme: Relatório do Banco Nacional de Habitação, 1977. Digno de nota neste aspecto é que, entre 1965-67 e 1978, o custo da habitação subiu 37% mais do que a média do custo de vida em geral, sendo o item que mais se elevou no período considerado. Fonte: Fundação Getúlio Vargas, in, *O Estado de São Paulo* de 12/05/78.

Para uma análise da política do BNH, veja: BOLAFFI, Gabriel – *A Casa das Ilusões Perdidas*: Aspectos Sócio-Econômicos do Plano Nacional de Habitação, *Cadernos CEBRAP*, nº 27, Editora Brasiliense, São Paulo, 1977.





meno expressa-se nas taxas cobradas pelo Estado, quando do fornecimento de certos serviços públicos, que, frequentemente, tornam-se incompatíveis com os rendimentos das famílias que deveriam ser beneficiadas.<sup>18</sup> Entretanto, é na criação dos serviços urbanos pelo setor privado que triunfaram os imperativos da expansão do capital: a "solução" dos problemas urbanos tem sido equacionada a partir de vultosos empreendimentos – principalmente, saneamento, sistema viário e de transportes, – que geram enorme massa de excedente e, direta ou indiretamente, uma produção de mercadorias em escala crescentemente ampliada que responde aos interesses lucrativos da dinâmica econômica, servindo como dinamizador do processo de acumulação e trazendo minguidos resul-

18 Este problema afetou, por exemplo, as populações pobres do Município de São Bernardo do Campo, o mais rico do país em termos de arrecadação: "Por mais irônico que possa parecer, parte da rede de água é ociosa pelo simples fato de que os moradores não possuem poder aquisitivo para efetuar a ligação domiciliar na rede pública". MARICATO, Erminia T. M. – *A Proletarização do Espaço sob a Grande Indústria: O Caso de São Bernardo do Campo na Região da Grande São Paulo*, Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, São Paulo, 1977, mimeo., p. 56. Este caso que pode ser generalizado para várias áreas da cidade de São Paulo bem como para a maioria das cidades brasileiras que, diga-se de passagem, contam com uma enorme proporção de residências desprovidas de rede de água e esgoto.

Áreas Metropolitanas: Proporção de Prédios Servidos por Rede de Água e Esgoto em 1974 (em porcentagens)

Áreas Metropolitanas	Proporção dos Prédios Servidos	
	por Rede de Água	por Rede de Esgoto
São Paulo	53	33
Rio de Janeiro	70	34
Recife	36	11
Belo Horizonte	67	60
Porto Alegre	98	37
Salvador	68	15
Fortaleza	35	16
Curitiba	58	35
Belém	60	5

Fonte: Retrato sem Retoques da Problemática Urbana, op. cit., p. 18.

tados em termos de melhorar os serviços básicos para a reprodução da força de trabalho.<sup>19</sup>

O núcleo destas questões, entretanto, é de caráter político. Padrões de habitabilidade mais elevados que implicam a existência de serviços de consumo coletivo material e culturalmente adequados para a reprodução dos trabalhadores só serão atingidos quando estes conseguirem desenvolver canais de reivindicação vigorosos e autônomos, tanto no que se refere às condições de trabalho como os que dizem respeito às melhorias urbanas. Neste sentido, o adequado em relação à reprodução da força de trabalho não decorre apenas do grau de desenvolvimento das forças produtivas mas, sobretudo, da capacidade que apresentarem as classes trabalhadoras de se apropriar de uma parcela da riqueza gerada pela sociedade. Em outras palavras, decorre do grau de organização das diferentes classes e camadas sociais que se confrontam na arena social numa determinada conjuntura histórica. Por outro lado, é preciso fisar que as necessidades sociais são forjadas historicamente e, neste sentido, nada leva a afirmar que a conquista de certos benefícios tenha como conseqüência amortecer o conflito de classes: este é, por definição, dinâmico e insolúvel dentro de um sistema marcado pela apropriação privada do excedente econômico.

Colocado no âmbito das lutas sociais, o processo de espoliação urbana, entendido enquanto uma forma de extorquir as camadas populares do acesso aos serviços de consumo coletivo, assume seu pleno sentido: extorsão significa impedir ou tirar de alguém algo a que, por alguma razão de caráter social, tem direito. Assim como a ci-

19 Veja, neste sentido, o projeto da tese de: SILVA, Ana Amélia – *Planejamento Urbano e Conflito Social na Grande São Paulo*, mimeo, abril de 1978. Quem sintetiza de forma simples e correta o "problema" dos bens de consumo coletivo é Francisco de Oliveira em relação ao sistema de transporte de massas: "Não pode o Estado resolver o chamado de transporte urbano? Pelo tamanho do excedente que manaja, pode; mas se esse excedente provém em parte da produção automobilística, então não pode". *Acumulação Capitalista, Estado e Urbanização*, op. cit., p. 12.

dadania supõe o exercício de direitos tanto econômicos como políticos e civis, cada vez mais parece ser possível falar num conjunto de prerrogativas que dizem respeito aos benefícios propriamente urbanos. É claro que este rol de direitos não é sistematicamente contemplado pelas legislações vigentes, mas, nem por isso, ele é menos essencial ou deixará de ser alvo de pressões por parte do grande contingente que mora em péssimas condições de habitabilidade, gasta 3 a 4 horas diárias no transporte, não tem possibilidade de lazer ou que recebe uma escolarização deficiente e muitas vezes deixa de ser atendido pelos serviços de saúde. A cidadania, obviamente, não se esgota nestes itens, pois sua obtenção implica na efetivação de direitos políticos e civis e se complementa com um conjunto de benefícios econômicos inerentes à esfera das relações de trabalho.

Assim, o "problema" habitacional, bem como outros elementos básicos para a reprodução da força de trabalho, terá um encaminhamento na medida em que movimentos populares urbanos conectados à luta que se opera nas esferas do trabalho puserem em xeque a forma do domínio tradicionalmente exercido pelo Estado no Brasil, onde se condensam as contradições de uma sociedade plena de desigualdades e oposições